



Plenário da Câmara aprova urgência para PL que trata do Estatuto da Segurança Privada



Diretores da CNTV e do Sindesv-DF acompanharam a aprovação no Plenário da Câmara dos Deputados

Foi aprovado nesta quinta-feira (10) regime de urgência para apreciação imediata do Projeto de Lei (PL) 4238/2012, que trata do Estatuto da Segurança Privada. O PL ainda não tem data para ser votado, mas conquistou, com o regime de urgência, a dispensa de algumas exigências e formalidades regimentais, com exceção da publicação e distribuição em avulsos ou cópias,

dos pareceres das Comissões e do quórum para deliberação.

O prazo das comissões é de cinco sessões, que corre simultaneamente para todas. Há projetos que já nascem urgentes devido ao seu conteúdo. Esses casos estão previstos no Regimento. Outros projetos se tornam urgentes, em virtude de requerimento aprovado pelo

Plenário. Esse é o caso do PL 4238/2012.

Para a deputada Federal Erika Kokay (PT-DF), a aprovação do regime de urgência força a discussão do projeto. “Não tem como dizer que esse é o assunto de faz-de-conta, que não existe. O regime de urgência foi aprovado e, mesmo não tendo data para apreciação, podemos colocar no plenário sem maiores dificuldades. Agora, vamos continuar trabalhando para que a categoria saia beneficiada e que o PL de fato atenda às reivindicações dos vigilantes, e não dos empresários, como querem fazer”, afirmou.

Em setembro de 2015 a Comissão Especial da Câmara dos Deputados instituída para apreciar o PL 4238/2012 aprovou relatório e substitutivo do deputado Wellington Roberto (PR-PB). O texto instituiu o Estatuto da Segurança Privada e excluiu o Piso Nacional dos Vigilantes do texto. Existiam 122 propostas tramitando na Câmara dos Deputados que instituem o Estatuto da Segurança Privada. O texto aprovado era uma alternativa a todos estes outros e é dividido em 11 capítulos que tratam da segurança privada; das penalidades administrativas; dos prestadores de serviço; da segurança privada em instituições financeiras; dos profissionais e sua formação; dos crimes e das taxas do setor.

Para o presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Boaventura, não há acordo com a votação do PL do jeito que está. Segundo ele, o relatório substitutivo não atende a várias demandas da categoria e exclui a questão do piso nacional, que era o fundamento do projeto. Também não melhora a qualidade das armas no tocante à necessidade de defesa dos trabalhadores.

Além disso, traz outras propostas descabidas como enquadrar a segurança como assunto de interesse nacional, transformar instrumentos de segurança bancária como itens opcionais,

não definir de forma clara a diferença entre segurança exercida por vigilantes com a devida formação e registro junto à Polícia Federal de trabalhadores contratados como porteiros e vigias, por exemplo, mas que acabam exercendo atividades da segurança privada. “Tudo isso é contrário aos interesses da nossa categoria e precisa ser revisto”, afirmou.

A CNTV alerta sindicatos e federações de luta que fiquem atentos quanto à votação e convoca todos os trabalhadores a se unirem em mais esta luta em defesa dos direitos da categoria. “Nós vamos para dentro do Congresso para impedir que o PL seja aprovado no formato que se encontra hoje”, afirmou o deputado distrital e secretário de Assuntos Parlamentares da CNTV, Chico Vigilante.

“Queremos que seja reaberta a negociação para que nós possamos melhorar o projeto”, completou.

Como o substitutivo foi aprovado em um ambiente com o então presidente da Casa Eduardo Cunha fazendo acordos com empresários de setores como o bancário, acabou contendo ali a posição dos empresários. Não bastasse isso, Cunha confiou da presidência à relatoria a empresários que fariam de tudo para proteger seus interesses.

“Nenhum deputado que estava ali tinha histórico de diálogo com os trabalhadores. O presidente era empresário, o relator era empresário, todos trabalhando para privilegiar os outros deputados que também são empresários”, denunciou Boaventura.

Fonte: CNTV

Salários atrasam de novo e vigilantes cruzam os braços na Saúde e Educação do DF



População está sem atendimento nos hospitais e postos de saúde por culpa das empresas

Os vigilantes que prestam serviços pela empresas Confederal, Brasília Segurança e Ipanema para as secretarias de Saúde e de Educação estão parados desde às 7h desta quinta-feira (10). Os hospitais, postos de saúde e escolas para os quais estas empresas prestam serviço estão sem vigilantes.

Os profissionais pararam as atividades em virtude do não cumprimento da lei que estabelece o pagamento de salários até o quinto dia útil do mês. O atraso de pagamento tem sido recorrente, numa prática deplorável por parte do GDF e das empresas terceirizadas de vigilância.

“Trata-se de uma situação insustentável diante dos compromissos de cada trabalhador com suas famílias e contas a pagar. O pagamento de salário é direito sagrado e esses atrasos são um grande desrespeito imposto aos pais e mães de família”, diz nota divulgada pelo Sindicato dos Vigilantes.

O prazo para que as empresas depositassem os salários era a meia noite de ontem.

“É lamentável que todos os meses os vigilantes tenham que entrar em greve para receber salário”, argumenta o deputado Chico Vigilante que acompanha os desdobramentos da paralisação.

CUT Brasília



Vigilante é espancado em Formosa (GO). Bandidos queriam roubar arma



Empresa ainda não entrou em contato para prestar assistência ao empregado

A falta de condições dignas de trabalho fez mais uma vítima na noite desta quarta-feira (9). Enquanto trabalhava no posto da Saneago, empresa de saneamento de Goiás, o vigilante João Fernandes foi vítima de um assalto. Os

bandidos tinham como objetivo levar a arma do trabalhador. Mesmo explicando que não trabalhava armado, os assaltantes espancaram o trabalhador, que está internado em virtude da agressão.

O posto em questão fica localizado às margens da BR-020 e não possui sequer uma cerca para proteger o local. Segundo o presidente do Sindicato dos Vigilantes da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (Sindesv-RIDE), Santiago Nascimento Matos, esse não é o único problema que os vigilantes da empresa Sitran enfrentam.

“É comum encontrar postos que não tem guarita. Os vigilantes ficam ao relento sem mínimas condições de trabalho. Na Saneado, por exemplo, eles ficam junto com a bomba d’água. Não tem cerca, não tem iluminação, nada”, denunciou. Não bastasse isso, há trabalhadores que estão com salário atrasado e sem receber tíquete há três meses. Outros, tiraram férias em setembro e ainda não receberam.

O Sindesv-RIDE se reunirá nesta sexta-feira (11), em Goiânia, com representantes da empresa e da Saneago para tratar dos problemas enfrentados pelos trabalhadores e cobrar solução o mais rápido possível.

Fonte: CNTV

Vigilantes da Camargo & Conceição paralisam por salários em Porto Alegre (RS)



Paralisação deve continuar até que a empresa faça o pagamento do salário de novembro

Uma equipe com diretores e apoios do Sindivigilantes do Sul foi até a sede da Secretaria da Agricultura, nesta quarta-feira (9), em Porto Alegre, apoiar a mobilização dos vigilantes da Camargo & Conceição. Eles decidiram paralisar o trabalho no posto em protesto pelo atraso dos salários de novembro, que ainda não foi pago.

Foram lá os diretores Gerson Farias, Marlon Costa, Ivo Carioca e os apoios Darlan Alves e Fabiano Sanhudo. A empresa prometeu, para alguns, pagar entre hoje e amanhã, para outros, disse que o pagamento sai até sexta-feira. Caso o pagamento não aconteça ainda hoje, os trabalhadores e trabalhadoras devem cruzar os braços amanhã, novamente.

Os representantes do sindicato sugeriram que a secretaria passe a fazer o pagamento diretamente, a partir do próximo mês, pois a Camargo & Conceição já foi notificada duas vezes por causa desses atrasos. Além da paralisação, houve também um protesto, com carro de som, do sindicato na frente da empresa.

MD, Código e Vigitec

Outra que atrasou salários foi a MD, nos postos da Prefeitura e Câmara Municipal de Canoas. Ela foi notificada hoje pelo sindicato, mas alega que já tem aproximadamente seis faturas do município em atraso e que não dispõe mais de recursos próprios para cobrir os vencimentos dos seus funcionários.

Ao final, a direção da empresa prometeu ao sindicato que amanhã, quarta-feira, vão depositar o dinheiro dos vigilantes. A Prefeitura teria prometido pagar as faturas em atraso.

Amanhã a direção do sindicato também deve procurar a direção da Código, pelo mesmo motivo: atrasos ou parcelamentos de salários e vales transporte e refeição.

Na CEEE também houve atraso no repasse da fatura, outra vez. Mesmo assim a Vigitec, que controla o posto, conseguiu fazer o pagamento dos vigilantes.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

Ato em Mossoró denuncia atraso de salários na Berhing



Vigilantes protestaram contra falta de pagamento e práticas antissindiciais por parte da empresa

Na manhã desta quarta-feira (09/11) o Sindsecur-RN realizou um ato público em frente ao Hospital Regional Tarcísio Maia, em Mossoró. Na ocasião a direção do sindicato denunciou o atraso de salários dos vigilantes que se acumulam há três meses.

Apesar das ameaças do supervisor da empresa Berhing, muitos vigilantes compareceram ao ato para exigir o devido pagamento e protestar contra atitudes antissindiciais praticadas pela empresa.

Como se não bastasse a perseguição do patrão contra os vigilantes, a diretora do hospital chamou a Polícia Ambiental para acabar com o ato. Depois da ameaça de ser levada para a delegacia, a direção do Sindsecur decidiu encerrar a atividade. “É assim que o governo do estado trata os trabalhadores, como se fossem criminosos. O importante é que cumprimos mais uma atividade de luta em defesa da categoria”, afirmou o coordenador geral do Sindsecur, Francisco Benedito (Bené).

Durante o ato o representante da Berhing ligou para Bené e prometeu pagar um dos meses em atraso ainda nesta semana. Segundo ele, o governo do estado deve à empresa R\$ 2 milhões e duzentos mil.

O Sindsecur repudia toda forma de opressão e convoca a categoria para continuar lutando junto com o sindicato.

Fonte: Sindsecur-RN



STF adia julgamento da terceirização e não define data

Tema não foi analisado e Supremo deve definir nova data para julgamento na próxima semana



Manifestantes se concentram diante do STF durante julgamento da terceirização sem limites

Pouco depois das 18h, a ministra Carmen Lúcia, do STF, decretou o fim da sessão desta quarta-feira sem que o plenário tivesse sequer debatido o tema da terceirização. A ministra informou que uma nova data será divulgada na próxima quarta.

A CUT entrou com um pedido de adiamento, que não foi analisado, já que a sessão se ocupou de outros temas. A Central também entrou com uma ação em que questiona a validade da terceirização sem limites, inclusive nas atividades-fim. O Supremo pretende julgar ação da Cenibra, empresa mineira, que quer a liberação total dessa forma de contratação. A CUT questiona a aplicabilidade desse caso, independentemente do resultado, em todos os casos futuros.

Até as 15h desta quarta, dia 9, a expectativa das lideranças sindicais e de suas assessorias

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Colaboração Jacqueline Lucena

Diagramação: Anibal Bispo

jurídicas era mesmo que o STF não julgaria hoje o tema da terceirização em atividades-fim. Pela manhã, assim como no dia anterior, houve audiências com alguns dos ministros do STF, na tentativa de adiar ou suspender a votação.

A CUT entrou com um pedido de adiamento, protocolado hoje, e que provavelmente seria analisado pela ministra Carmem Lúcia. “Nossa expectativa é que seja adiado, por causa da complexidade do tema e porque nem todos os ministros do Supremo vão participar da sessão de hoje”, vaticinou o assessor jurídico da Central, José Eymard Loguercio.

Para o secretário de Assuntos Jurídicos da CUT, Valeir Ertle, o objetivo do corpo-a-corpo com os ministros é convencê-los a deixar que o Congresso Nacional continue debatendo o tema e elabore uma regulamentação da terceirização que seja favorável aos trabalhadores.

O presidente da CUT, Vagner Freitas, a presidenta do Sindicato dos Bancários, Juvândia Moreira Leite, e o presidente dos Metalúrgicos do ABC, Rafael Marques, acompanharam a sessão do STF desta tarde. “Nossa luta é para que o STF não elabore uma reforma trabalhista, sem debate com os trabalhadores e a sociedade”, comentou Vagner.

Um grupo de militantes e dirigentes sindicais reunidos na Praça dos Três Poderes, composto em sua maioria por bancários, bancárias e metalúrgicos da CUT. O objetivo era fazer pressão sobre o Supremo. Por enquanto, deu certo.

Fonte: CUT

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF